

Acordo inédito: Odebrecht pagará R\$ 30 milhões de indenização por submeter centenas de brasileiros a trabalho degradante em Angola

TRT INFORMATIVO

15ª Região
Campinas/SP

Publicação do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
janeiro/março 2017 - ano 31 - n. 257

Abertura do Ano Judiciário da 15ª Região



Tribunal condecora 33 personalidades e três instituições beneficentes



TRT-15 é reconhecido pelo CNJ por seu desempenho na XI Semana Nacional da Conciliação



Em parceria com os Regionais mineiro e baiano, 15ª promove evento para aprimorar a execução trabalhista no PJe

Expediente

DIREÇÃO DO TRIBUNAL

PRESIDENTE

Fernando da Silva Borges

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho

VICE-PRESIDENTE JUDICIAL

Edmundo Fraga Lopes

CORREGEDOR REGIONAL

Samuel Hugo Lima

VICE-CORREGEDORA REGIONAL

Susana Graciela Santiso

DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL

Manoel Carlos Toledo Filho

VICE-DIRETORA DA ESCOLA JUDICIAL

Ana Paula Pellegrina Lockmann

OUIDORA

Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

VICE-OUIDOR

Edison dos Santos Pelegrini

DESEMBARGADORES DO TRABALHO

José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza

Olga Aida Joaquim Gomieri

Eduardo Benedito de Oliveira Zanella

Henrique Damiano

Flavio Allegretti de Campos Cooper

Luiz Antonio Lazarim

José Pitas

Luiz Roberto Nunes

Lorival Ferreira dos Santos

Manuel Soares Ferreira Carradita

Fernando da Silva Borges

Flavio Nunes Campos

Gerson Lacerda Pistori

Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho

Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes

Edmundo Fraga Lopes

Tereza Aparecida Asta Gemignani

Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

Thomas Malm

Susana Graciela Santiso

Samuel Hugo Lima

Maria Madalena de Oliveira

Fabio Grasselli

Erodite Ribeiro dos Santos De Biasi

Dagoberto Nishina de Azevedo

Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Manoel Carlos Toledo Filho

Antonio Francisco Montagna

Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza

Luiz José Dezena da Silva

Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

João Alberto Alves Machado

Claudinei Zapata Marques

José Otávio de Souza Ferreira

Ana Paula Pellegrina Lockmann

Roberto Nobrega de Almeida Filho

Helcio Dantas Lobo Junior

Eder Sivers

Antonia Regina Tancini Pestana

Carlos Augusto Escanfella

Eleonora Bordini Coca

Carlos Alberto Bosco

João Batista Martins César

Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo

Fábio Allegretti Cooper

Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa

Edison dos Santos Pelegrini

Luciane Storel da Silva

Ricardo Antonio de Plato

Ricardo Regis Laraia

Wilton Borba Canicoba

José Carlos Abile

Jorge Luiz Costa

Rosemeire Uehara Tanaka

Luís Henrique Rafael

SUMÁRIO



Na Abertura do Ano Judiciário da 15ª Região, Tribunal homenageia autoridades, personalidades e instituições. Pág. 4



Tribunal implanta Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas. Pág. 15



TRT-15 recebe do CNJ o prêmio Conciliar é Legal, pelo 1º lugar na XI Semana Nacional da Conciliação. Pág. 20

COORDENAÇÃO

Evandro Luiz Michelon - Secretário-Geral da Presidência

COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Roberto Torres Babini

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Elza Nunes Pereira

JORNALISTA RESPONSÁVEL

José Francisco Turco - MTb/SP 21.571

Tel.: (19) 3731-1689

ifturco@trt15.jus.br / imprensa@trt15.jus.br

EDIÇÃO

Luiz Manoel Guimarães e Patrícia Campos de Sousa

REDAÇÃO

Ademar Lopes Junior, Ana Claudia de Siqueira, João Augusto Germer Britto, José Francisco Turco, Luiz Manoel Guimarães, Patrícia Campos de Sousa e Willians Fausto

FOTOGRAFIA

Bruno Alves, Denis Simas, Eliezer Oliveira, Hélcio Guerra, Renato Silva e Willians Fausto

IMPRESSÃO

Gráfica CS Eireli - EPP - Tiragem: 1.200 exemplares



Em simpósio estadual, magistrados da 15ª falam sobre a experiência do Judiciário no combate ao trabalho escravo. Pág. 28

Odebrecht e MPT selam no Tribunal maior acordo da história do País em processos que envolvem trabalho degradante e aliciamento de pessoas. Pág. 30



Corregedoria Regional promove evento com TRTs de Minas Gerais e Bahia para aperfeiçoar a execução trabalhista no Pje. Pág. 36

TRT participa em Sorocaba do III Congresso Interinstitucional de Magistrados do Estado. Pág. 40



NA ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO DA 15ª REGIÃO, TRIBUNAL HOMENAGEIA AUTORIDADES, PERSONALIDADES E INSTITUIÇÕES





A solenidade no Plenário Ministro Coqueijo Costa foi conduzida pelo presidente do TRT, desembargador Fernando da Silva Borges (5° à dir., na mesa alta)

Uma plêiade de ministros, desembargadores, juizes, militares, servidores, advogados, procuradores e representantes de entidades beneficentes e de empresas jornalísticas, vindos de todas as regiões do Brasil, reuniu-se na tarde de 10 de março, em Campinas, no Plenário Ministro Coqueijo Costa, para a cerimônia de Abertura do Ano Judiciário do TRT-15. Entre eles, 35 foram homenageados pelo Regional com a outorga do Grande Colar ou da Medalha Ouro da Ordem do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região. A comenda foi criada em 1992, como reconhecimento aos serviços prestados por personalidades e instituições à cultura jurídica, à sociedade ou à própria Justiça Trabalhista. A lista dos agraciados deste ano foi aprovada pelo Tribunal Pleno da Corte em 17 de novembro de 2016.

A sessão solene foi comandada pelo presidente da Corte, desembargador Fernando da Silva Borges. Além do magistrado, fizeram parte da mesa alta o ministro José Antonio Dias Toffoli, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); os desembargadores Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e James Magno Araújo Farias, presidente do TRT da 16ª Região (MA) e do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho; o secretário municipal de Assuntos Jurídicos de Campinas, Silvio Roberto Bernardin, que representou o prefeito Jonas Donizette; o então presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Amatra XV), juiz Luís Rodrigo Fernandes Braga; o procurador-chefe do

Ministério Público do Trabalho em Campinas, Eduardo Luís Amgarten; o comandante logístico do Exército Brasileiro, general Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira; o procurador seccional da União em Campinas, Paulo Soares Hungria Neto, representando a procuradora-geral da União, Izabel Vinchon Nogueira de Andrade; o presidente da Subseção Campinas da OAB, Daniel Blikstein, que representou o presidente da Seção São Paulo da Ordem, Marcos da Costa; e o delegado-chefe da Polícia Federal em Campinas, Paulo Víbrio Júnior.

A solenidade teve início com uma apresentação do quarteto de cordas DPL, que, além do Hino Nacional, executou as músicas “Divertimento” (Saint Preux), “Brandenburg” (Bach), “Eleanor Rigby” (The Beatles) e “Viva la Vida” (Coldplay).

Em seu pronunciamento, o desembargador Fernando Borges lembrou o contexto atual de ataques à Justiça Trabalhista. “Enfrentamos tempos difíceis e desafiadores. Há quem defenda a extinção da Justiça do Trabalho”, afirmou. O Brasil onde se ouvem vozes dissonantes pedirem o fim da JT é o mesmo país em que, só nos últimos 20 anos, conforme destacou o presidente do TRT-15, foram resgatados aproximadamente 50 mil trabalhadores em situação análoga à de escravo e onde mais de 3,3 milhões de crianças e adolescentes são subjugados pelo trabalho infantil. Some-se a isso o fato de o País ser o quarto do mundo em acidentes fatais de trabalho, lecionou o desembargador.



O evento foi aberto com uma apresentação do quarteto de cordas DPL, de Campinas



O desembargador Fernando Borges criticou quem propõe a extinção da Justiça Trabalhista no Brasil, país que é o quarto do mundo em acidentes fatais de trabalho e onde mais de 3,3 milhões de crianças e adolescentes são subjugados pelo trabalho infantil e cerca de 50 mil trabalhadores foram resgatados de situação análoga à de escravo só nos últimos 20 anos

Na contracorrente dos ataques, o magistrado destacou a importante função social do TRT-15, responsável por pacificar e julgar conflitos trabalhistas de mais de 21 milhões de habitantes, em 599 municípios do Estado de São Paulo. Mesmo em pequeno número diante do grande movimento processual – mais de 300 mil ações recebidas na primeira instância anualmente –, magistrados e servidores da 15ª Região tiveram o melhor Índice de Atendimento à Demanda da Justiça do Trabalho, de acordo com o relatório Justiça em Números de 2016, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – a relação entre o total de processos baixados e o de casos novos foi de 127,9%, enquanto a média nacional não passou de 105%.

“Nossos desembargadores têm a maior quantidade de casos novos [1.769 processos/ano] e a maior carga de trabalho de toda a Justiça Trabalhista [3.360 processos/desembargador/ano], e nossos juízes, em primeiro grau, a segunda maior demanda [4.047 processos/juiz/ano]”, ressaltou Fernando Borges. Em relação aos servidores, o presidente do TRT-15 afirmou que o volume de trabalho é tão pesado quanto o dos magistrados. “Esse cenário não implica arrefecimento da qualidade da prestação jurisdicional. Temos os menores índices de recorribilidade interna e externa entre os tribunais de grande porte da Justiça do Trabalho brasileira.”

Por fim, o desembargador frisou o papel das autoridades, personalidades e instituições homenageadas na valorização do trabalho humano. “O Tribunal cumpriu mais uma vez a sua missão institucional de reconhecer o trabalho daqueles que fazem de nossa sociedade um lugar melhor. O TRT-15 tem a obrigação e o prazer de fazê-lo.”

“Fundamental para a democracia e para o Estado de Direito”

Falando em nome dos homenageados, o ministro Dias Toffoli endossou a defesa da Justiça Trabalhista feita pelo presidente do TRT-15. “A Justiça do Trabalho é fundamental para a democracia e para o Estado de Direito. Ela é o garante de uma relação justa entre patrão e empregado, entre o capital e o trabalho”, destacou. O ministro também frisou que a JT não pode ser analisada como uma “conta de matemática”, pois “o benefício que proporciona à sociedade – a justiça nas relações de trabalho – é imaterial”.

Sobre o momento vivido pelo Brasil, o vice-presidente do STF, natural de Marília, município sob jurisdição do TRT-15, afirmou que as dificuldades “são próprias do regime democrático”. “Temos que nos acostumar a viver com as crises e com a insegurança, pois elas fazem parte de nossa opção pela democracia”, disse. ▶



Falando em nome dos homenageados, o ministro Dias Toffoli, do STF, ressaltou o papel da Justiça do Trabalho como garantidora “de uma relação justa entre o capital e o trabalho”

Data simbólica

A Abertura do Ano Judiciário na 15ª Região é uma data simbólica. Marca, do ponto de vista protocolar, um novo ciclo ininterrupto de trabalho, já iniciado em janeiro, incluindo plantões aos sábados, domingos e feriados. De acordo com a Coordenadoria de Pesquisa e Estatística do TRT-15, somente no mês de janeiro deste ano 18.203 processos foram solucionados nas 153 varas do trabalho e 10 postos avançados da 15ª, e outros 4.511, no 2º grau de jurisdição.

Em 2016, a Justiça do Trabalho da 15ª garantiu o pagamento de R\$ 2,88 bilhões em verbas trabalhistas. Foram solucionados, no mesmo período, 311.076 processos na primeira instância, sendo 126.805, ou 40,76%, por acordo. Essa vocação pela busca de novos métodos de harmonização social fez o ministro Emmanoel Pereira, vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e gestor nacional da conciliação na Justiça do Trabalho, escolher o TRT-15 para sediar a abertura oficial da 3ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, que será realizada de 22 a 26 de maio próximo.

Entidades

Este ano, três instituições beneficentes paulistas foram homenageadas com a Medalha Ouro: a Casa da Criança e do Adolescente de Valinhos – Grupo Gente Novo Rumo, a Casa de Repouso da Grande Harmonia, de Ibiúna, e a Associação Espírita O Bom Samaritano, de Avaré.

A primeira, fundada em 1993, atende menores de 18 anos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, necessitando de um espaço de proteção para viver temporariamente longe da própria família. Atualmente, são atendidas cerca de 200 crianças e adolescentes, no chamado contraturno escolar, por meio do projeto Janela Aberta, com oficinas socioeducativas e de iniciação à profissionalização. Para colaborar com a entidade ou obter mais informações, acesse www.casadacriancadevalinhos.com.br.

Já a Casa de Repouso da Grande Harmonia (<http://sni.org.br/casaderepouso/>), criada em 2009, tem nos idosos o seu público-alvo, oferecendo moradia, atendimento ambulatorial e atividades recreativas e culturais, como oficinas de artesanato, tricô e crochê e plantio de hortaliças, entre outras iniciativas.

A Associação Espírita O Bom Samaritano, por sua vez, conta com duas unidades em Avaré, onde mantém os programas Grupo Fraternal de Assistência à Família e à Comunidade, voltado ao ingresso no mercado de trabalho, Arco Íris, de atendimento a crianças autistas na faixa de 9 a 12 anos, e Melhor Idade, que proporciona aos idosos benefícios como aulas de informática e educação física. A entidade oferece ainda cursos profissionalizantes gratuitos, graças ao trabalho de voluntários e a parcerias com o Senac e o Senai. Mais informações em <http://obomsamaritanoavare.com.br/noticias/projetos>.

Cerimônia à parte

O desembargador Francisco José Pinheiro Cruz, do TRT da 14ª Região (RO e AC), recebeu o Grande Colar em solenidade na Presidência do TRT-15, no dia 22 de fevereiro. Membro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), no qual representa a Região Norte, ele presidiu o TRT-14 no biênio 2014-2016. ▶



O desembargador Francisco José Pinheiro Cruz, do TRT-14, recebeu o Colar em fevereiro

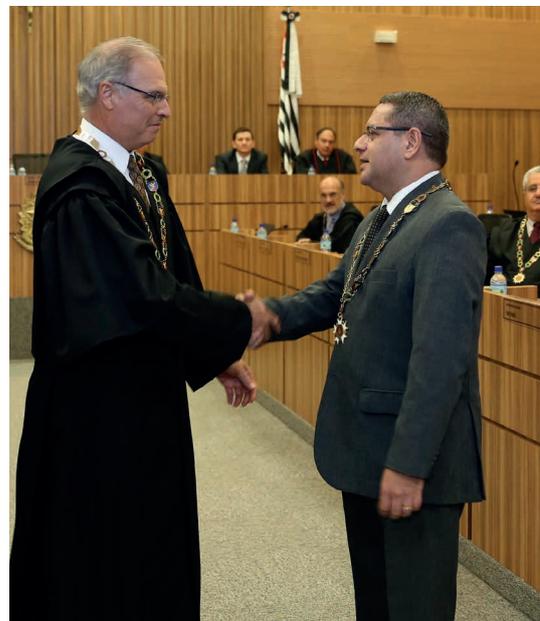
Grande Colar



Ministro José Antonio Dias Toffoli,
vice-presidente do Supremo
Tribunal Federal



Desembargador Paulo Dimas de Bellis
Mascaretti, presidente do Tribunal de
Justiça de São Paulo (TJSP)



Desembargador James Magno Araújo
Farias (dir.), presidente do TRT da
16ª Região (MA) e do Coleprecor



Desembargador Gracio Ricardo Barboza Petrone,
presidente do TRT da 12ª Região (SC) e conselheiro
do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)



Desembargador Fabio Túlio Correia Ribeiro,
presidente do TRT da 20ª Região (SE) no
biênio 2014-2016 e conselheiro do CSJT



Desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva, corregedora da 2ª Região (Grande São Paulo e parte da Baixada Santista)



Desembargador Francisco Sérgio Silva Rocha, presidente do TRT da 8ª Região (PA e AP) no biênio 2014-2016



Desembargador Ademir de Carvalho Benedito, vice-presidente do TJSP



General de exército Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, comandante logístico do Exército Brasileiro



Jornal Cruzeiro do Sul, de Sorocaba (SP)

Medalha Ouro

Desembargadora Jucirema Maria Godinho
Gonçalves, ouvidora da 2ª Região



Desembargador Sérgio Pinto Martins, presidente
da 18ª Turma do TRT da 2ª Região



Desembargadora Maria Madalena Telesca,
da 3ª Turma do TRT da 4ª Região (RS)



Desembargador Ricardo Tadeu Marques da
Fonseca, da 2ª Turma do TRT da 9ª Região (PR)



Desembargador Antonio Mário de Castro Figliolia,
da 12ª Câmara de Direito Privado do TJSP



Desembargador José Carlos Costa Netto,
da 9ª Câmara de Direito Privado do TJSP



Procurador da República do Ministério Público
Federal Fausto Kozo Matsumoto Kosaka



Procurador-Geral do trabalho no período de
1999 a 2003, Guilherme Mastrochi Basso



Juiz instrutor de gabinete do STF
Richard Paulro Pae Kim



Juiz de direito Sérgio Ricardo de Souza, conselheiro
do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)



Deputado federal Ademir Camilo
Prates Rodrigues (PTN-MG)





Deputado federal Fausto Ruy Pinato (PP-SP)



Deputado federal Luiz Felipe Baleia Tenuto Rossi (PMDB-SP)



Delegado Kleber Antônio Torquato Altale, diretor do Deinter 2



Tenente-Coronel Marci Elber Rezende da Silva, comandante do 8º Batalhão da PM-SP



Sérgio Vallim Filho, presidente da Comissão de Relacionamento da OAB-SP com o TRT-15



Daniel Blikstein, presidente da Subseção Campinas da OAB



Professora doutora Acácia Zeneida Kuenzer, especialista em educação



Mário Antônio Duarte, diretor da Faculdade de Direito de Itu



Elisa Mitsue Nakamura, assessora de Recurso de Revista do TRT da 15ª Região



Paulo Eduardo de Almeida, secretário-geral judiciário do TRT da 15ª Região



Adriana Martorano Amaral Corsetti, secretária da Administração do TRT da 15ª Região



Benjamin Flávio de Almeida Ferreira, diretor-presidente da Associação Espírita O Bom Samaritano



Anélio Zanuchi, presidente da Casa da Criança e do Adolescente de Valinhos



Gil Kanasiro Filho, diretor-presidente da Casa de Repouso da Grande Harmonia





O presidente do TRT, desembargador Fernando da Silva Borges, no comando de uma das reuniões que definiram a composição do Nupemec – Núcleo será coordenado pelo desembargador José Otávio de Souza Ferreira (3º à esq.)

Tribunal implanta Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas

O TRT-15 implantou, por meio da Resolução Administrativa 4/2017, de 2 de fevereiro, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Nupemec), que, entre outras atribuições, vai planejar, implementar e aperfeiçoar as iniciativas voltadas à solução consensual dos processos, além de atuar na interlocução com outros TRTs nessa área. Ainda segundo o documento, os Centros Integrados de Conciliação (CICs), criados no biênio 2014-2016, passam a se chamar Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejuscs-JT). Foram mantidos os oito Centros de 1º Grau, nas cidades-sede de circunscrição da 15ª – Araçatuba, Bauru, Campinas, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba –, e o Cejuscs-JT de 2º Grau, em Campinas.

Pela Portaria GP 14/2017, de 14 de fevereiro, o presidente do Tribunal, desembargador Fernando da Silva Borges, nomeou o colega José Otávio de Souza Ferreira, da 2ª Câmara da Corte, para coordenar o Nupemec. O Núcleo também será composto pela desembargadora Maria Inês Corrêa de Cerqueira César

Targa, da 9ª Câmara, pelas juízas Kathleen Mecchi Zarins Stamato, coordenadora do Cejuscs-JT de 2º Grau, e Ana Cláudia Torres Vianna, que coordena a unidade da Circunscrição de Campinas, e pelos servidores Paulo Eduardo de Almeida, secretário-geral judiciário do TRT, Alexandre Buchabqui Rezek Andery e Flavia Pinaud de Oliveira Mafort. Os dois últimos também atuam no Cejuscs-JT da Circunscrição de Campinas.

As medidas ajustam a 15ª Região às alterações trazidas pela Resolução 174/2016 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), norma que regulamenta as políticas de conciliação na JT e institui um plano nacional de estímulo à mediação e à conciliação na solução de conflitos trabalhistas. Entre outras alterações, o Nupemec e os Cejuscs-JT estão subordinados diretamente à Presidência do Regional. Antes, os CICs estavam vinculados à Vice-Presidência Judicial da Corte.

Empresas e trabalhadores que queiram tentar a conciliação nos processos em que são parte podem entrar em contato, pessoalmente ou por intermédio de seus advogados, com o Cejuscs-JT de 2º Grau, pelo e-mail cejuscjt2@trt15.jus.br.

Coordenadora do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejuscs-JT) de 2º Grau, instalada na sede administrativa da Corte, em Campinas, a juíza Kathleen Stamato (2ª à esq.) é uma das integrantes do Nupemec





Os juízes Guilherme Guimarães Feliciano, vice-presidente da Anamatra, e Ana Cláudia Torres Vianna, o ministro Douglas Alencar Rodrigues, do TST, e a desembargadora Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa durante debate no evento. As magistradas fazem parte do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas do TRT-15. O desembargador José Otávio de Souza Ferreira (no destaque), coordenador do Núcleo, mediu o painel sobre as técnicas de recrutamento de conciliadores e mediadores

Coordenadores de Núcleos de Conciliação se reúnem em Brasília para debater políticas públicas na área

Os desembargadores José Otávio de Souza Ferreira e Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa e as juízas Ana Cláudia Torres Vianna e Kathleen Mecchi Zarins Stamato participaram nos dias 22 e 23 de março, em Brasília, do 1º Encontro dos Coordenadores de Núcleos de Conciliação da Justiça do Trabalho. O evento, que contou ainda com a presença do vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), juiz Guilherme Guimarães Feliciano, também da 15ª, foi promovido pela Vice-Presidência do CSJT para debater e estimular a implantação dos Cejuscs pelos regionais trabalhistas, conforme estipula a Resolução 174/2016 do Conselho. A pauta incluiu temas como a estrutura e a sistemática de funcionamento dos centros, o recrutamento de mediadores e conciliadores e o uso de recursos tecnológicos nas tentativas de conciliação.

Ao falar na abertura do encontro, o presidente do TST e do CSJT, ministro Ives Gandra da Silva Martins

Filho, defendeu que, para a Justiça do Trabalho dar conta de sua elevada demanda de processos, “é preciso vencer preconceitos, como fez a Resolução 174, ao permitir a participação de servidores, e não só de magistrados, no exercício da conciliação”. O desafio, no entanto, segundo o ministro, “será mudar paradigmas, prestigiando meios alternativos de solução de conflitos trabalhistas”.

Recrutamento de conciliadores e mediadores

O desembargador José Otávio coordenou o 2º painel do encontro, que tratou das técnicas para o recrutamento de conciliadores e mediadores, os quais, conforme foi enfatizado no evento, devem ser efetivamente capacitados para a função. A participação de estagiários de direito, contabilidade e psicologia nas atividades de apoio também foi preconizada. O painel contou com a participação do juiz auxiliar da Vice-Presidência do CSJT, Rogério Neiva. ►

O projeto propõe incluir na pauta do Cejusc-JT de 2º grau, para tentativa de conciliação, processos ainda em trâmite na 1ª instância, selecionados pelos magistrados de 1º grau



Iniciativa do Regional integra o 1º e o 2º grau de jurisdição na solução conciliada dos processos

Teve início em 7 de março um projeto-piloto por meio do qual o TRT-15 vai expandir suas ações de solução consensual dos conflitos. A iniciativa está levando ao Cejusc-JT de 2º Grau, em Campinas, processos ainda em trâmite na 1ª instância, para tentativa de conciliação. A primeira unidade de 1º grau a participar do projeto foi o Posto Avançado de Vinhedo, município da Região Metropolitana de Campinas.

“O principal objetivo dessa aproximação entre o 1º e o 2º grau de jurisdição é auxiliar as varas do trabalho e os postos avançados da 15ª. No caso específico de Vinhedo, foram selecionados processos envolvendo pequenos devedores, pequenas empresas”, explica a coordenadora do Cejusc-JT

de 2º Grau, juíza Kathleen Mecchi Zarins Stamato. Diferentemente das demais audiências de tentativa de conciliação realizadas no Centro, nesse projeto-piloto não partiu do trabalhador ou do empregador o pedido de agendamento da audiência. Cada processo foi escolhido pelo próprio juízo de primeira instância – no caso, a juíza Estefânia Kelly Reami Fernandes, responsável pelo PA de Vinhedo –, que os remeteu para o Cejusc-JT de 2º Grau, após notificar as partes para a audiência. “É uma realidade diferente da com que estamos habituados. Nas outras audiências que ocorrem no Centro, pelo menos uma das partes está disposta à conciliação, pois foi ela mesma que pediu a inclusão em pauta para tentativa de acordo. Nessa nova iniciativa, não”, observou a juíza Kathleen.

Acordo no Cejusc-JT de 2º Grau gera R\$ 300 mil ao Centro Corsini de Campinas

Um acordo numa ação civil pública (ACP) que tramitava desde 2007, celebrado em fevereiro no Cejusc-JT de 2º Grau, em Campinas, representou um resultado positivo não só para as partes diretamente envolvidas no processo – o Ministério Público do Trabalho, autor da ação, o Instituto Penido Burnier, hospital especializado em oftalmologia, e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Campinas –, mas também para o Centro de Controle e Investigação Imunológica Dr. Antônio Corsini, referência in-

ternacional no tratamento integral de pacientes com Aids, hepatites virais e outras doenças sexualmente transmissíveis. Na audiência, presidida pela desembargadora Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa, integrante do Nupemec da 15ª, e com participação da juíza Kathleen Mecchi Zarins Stamato, que coordena o Cejusc-JT de 2º Grau, ficou estabelecido que o Instituto Penido Burnier, condenado por dano moral coletivo na ACP, pagará R\$ 300 mil ao Centro Corsini, em 11 parcelas. A primeira, no valor de R\$ 80 mil, foi depositada já no dia 25 de ►

fevereiro, na conta do sindicato, responsável pelo repasse do valor à entidade. Em sérias dificuldades financeiras, o Corsini usou a quantia para quitar salários atrasados de seus empregados, incluindo o 13º.

O restante será pago em dez parcelas mensais de R\$ 22 mil cada uma, a partir do mês de março, sempre no dia 25, por meio de depósitos feitos diretamente na conta bancária da instituição. “É muito gratificante ver um processo ser solucionado com reversão de recursos para uma entidade como o Centro Corsini, que desempenha papel tão importante na sociedade”, afirmou a juíza Kathleen.

Varas do Trabalho de Pirassununga e Amparo inauguram sala de mediação

A Vara do Trabalho (VT) de Pirassununga, município a cerca de 125 quilômetros de Campinas, inaugurou em 13 de fevereiro uma sala específica para as audiências de mediação. Já no primeiro dia de atividades, foram cinco acordos em oito audiências, um índice de sucesso superior a 60%.

Os trabalhos são coordenados pelos juízes José Eduardo Bueno de Assumpção, titular da VT, e Lady Ane de Paula Santos Della Rocca, que supervisionam pessoalmente as audiências e homologam os acordos.

Fundada em 1981 pela médica Sílvia Bellucci, a entidade mantém no Bairro Taquaral, na região leste de Campinas, a Unidade de Apoio Infantil (UAI), que acolhe crianças e adolescentes portadores do vírus HIV ou que precisam de atendimento contínuo de enfermagem. A iniciativa proporciona educação, lazer e cultura aos pacientes, além de cuidados com a saúde e alimentação adequada, entre outros benefícios. Por outro lado, a queda no volume de doações nos últimos anos obrigou a instituição a fechar, em 2015, uma unidade de atendimento a adultos.

Em 28 de março foi a vez de a VT de Amparo inaugurar uma sala específica para audiências de mediação. As atividades são realizadas sob a supervisão da juíza titular da unidade, Leandra da Silva Guimarães, que homologa as conciliações. Na primeira pauta foram quatro processos, dos quais três (75%) resultaram em acordo. “O sucesso de nossa primeira experiência com mediação, no primeiro semestre de 2016, nos incentivou a buscar o aprimoramento do espaço físico destinado a esse tipo de iniciativa”, destacou a magistrada. ►



Em Pirassununga, as atividades de mediação são coordenadas pelo juiz José Eduardo Bueno de Assumpção

Já em Amparo, os trabalhos são supervisionados pela juíza Leandra da Silva Guimarães (2ª à esq.)





O desembargador Evandro Pereira Valadão Lopes (dir.), do TRT-1, e sua equipe reuniram-se com o desembargador José Otávio de Souza Ferreira (3º à esq.), coordenador do Nupemec da 15ª, e com as juízas Kathleen Stamato (esq.) e Ana Cláudia Torres Vianna, também integrantes do Núcleo e coordenadoras, respectivamente, do Cejusc-JT de 2º Grau e do Cejusc-JT da Circunscrição de Campinas

O grupo do Regional do Rio de Janeiro também foi recebido na Presidência do TRT-15



Comitiva da Justiça do Trabalho fluminense visita a 15ª para conhecer iniciativas na conciliação dos processos

O presidente da 5ª Turma do TRT da 1ª Região (RJ), desembargador Evandro Pereira Valadão Lopes, esteve em Campinas no dia 21 de fevereiro, numa visita institucional ao TRT-15, para conhecer o Nupemec e os Cejuscs-JT de 1º e de 2º Grau.

O magistrado representou o colega Fernando Antonio Zorzenon da Silva, presidente do Regional fluminense. Também participaram da visita o secretário-geral judiciário da Corte, Fabio Petersen Bittencourt, e o assessor Bruno Fonseca. ●

TRT-15 divulga 15 novas súmulas

Para proporcionar maior celeridade processual e segurança jurídica, o TRT da 15ª Região divulgou 15 novas súmulas – do número 83 ao 97 – com a jurisprudência dominante na Corte. Entre outros assuntos, as súmulas tratam do direito do trabalhador rural exposto a calor excessivo ao adicional de insalubridade, do dano moral decorrente de ato abusivo cometido por empregador que menciona ação judicial na carteira de trabalho de seu ex-empregado, da natureza salarial da

parcela devida quando é suprimido o intervalo mínimo intrajornada e da proporcionalidade da distribuição da carga horária dos profissionais da educação básica do magistério público. Para conferir a íntegra dos documentos acesse <http://portal.trt15.jus.br/jurisprudencia>.

O TRT-15 está entre os três tribunais trabalhistas com maior número de súmulas publicadas no Brasil, junto com os TRTs do Rio Grande do Sul (4ª Região) e de Santa Catarina (12ª). ●



Fotos: Agência CNJ de Notícias

O presidente do Tribunal, desembargador Fernando da Silva Borges (dir.), recebe do colega Gustavo Tadeu Alkmim, membro do Conselho Nacional de Justiça, a placa que simboliza a premiação

Mais de R\$ 280 milhões

TRT-15 recebe do CNJ o prêmio Conciliar é Legal, pelo 1º lugar na XI Semana Nacional da Conciliação

Os juízes José Roberto Dantas Oliva e Vanessa Maria Sampaio Villanova Matos, do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente, também foram premiados, na categoria Juiz Individual

O TRT da 15ª Região recebeu em 14 de fevereiro, na sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília, o prêmio Conciliar é Legal 2016, pelo primeiro lugar no valor dos acordos celebrados na XI Semana Nacional da Conciliação. O prêmio foi entregue ao presidente do Regional, desembargador Fernando da Silva Borges.

Durante o mutirão, realizado de 21 a 25 de novembro, o total homologado pela Justiça do Trabalho da 15ª Região somou exatos R\$ 281.205.756,69. Foram 11.132 audiências no período, com 3.950 acordos (35,48%) e 9.708 pessoas beneficiadas, entre trabalhadores e empregadores.

Também foram premiados os juízes José Roberto Dantas Oliva, titular da 1ª Vara do Trabalho

(VT) de Presidente Prudente e diretor do Fórum Trabalhista (FT) da cidade, e Vanessa Maria Sampaio Villanova Matos, coordenadora do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejus-JT) daquela Circunscrição. Eles venceram na categoria Juiz Individual da Justiça do Trabalho, com a iniciativa “A arte de conciliar”. Na XI Semana Nacional da Conciliação, os magistrados transformaram o átrio e todas as salas de espera do FT de Presidente Prudente num palco para diversas manifestações artísticas, como exposições, dança e apresentações musicais. Oliva destacou a participação dos servidores, da Secretaria Municipal da Cultura, da OAB local e da Caixa Econômica Federal no evento. ▶

Na edição anterior do prêmio, em 2015, a 15ª já havia sido premiada, na categoria Tribunais Regionais do Trabalho, pela implementação do Centro Integrado de Conciliação (CIC) – atual Cejusc-JT – de 2º Grau, em Campinas. No mesmo ano, Mídia e Mediação, iniciativa da juíza Ana Cláudia Torres Vianna, coordenadora do então CIC de 1º Grau da Circunscrição de Campinas, recebeu menção honrosa na mesma categoria em que seus colegas de Presidente Prudente foram premiados em 2016. O projeto se baseia no uso do aplicativo *WhatsApp* como instrumento de diálogo entre as partes do processo.

“Essas premiações materializam todo o esforço empreendido ao longo dos anos pelos magistrados e servidores do TRT da 15ª Região em prol de uma conciliação qualificada, tornando a prática cada vez mais efetiva como método alternativo e rápido de solução das lides trabalhistas”, sublinhou o presidente do TRT-15, ao receber o prêmio. Já a presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, reforçou a importância da solução negociada dos processos, diante da sobrecarga de trabalho do Judiciário brasileiro. “Com a judicialização que temos hoje, fruto de uma sociedade composta por cidadãos que conhecem seus direitos, a busca pela

conciliação para a pacificação social é, provavelmente, um dos caminhos mais fecundos.”

Também participaram da cerimônia de premiação a desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes, vice-presidente judicial do TRT-15 no biênio 2014-2016, e os juízes Carlos Eduardo Oliveira Dias, conselheiro do CNJ e titular da 1ª VT de Campinas, e Luís Rodrigo Fernandes Braga, então presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Amatra XV).

O prêmio Conciliar é Legal foi lançado em 2010 como forma de reconhecimento, em âmbito nacional, das iniciativas voltadas à conciliação nos processos judiciais. A escolha dos vencedores cabe ao Comitê Gestor de Conciliação do CNJ, que leva em conta quesitos como eficiência, restauração das relações sociais, criatividade, alcance social, desburocratização e satisfação do usuário. Em 2016, 96 projetos concorreram ao prêmio, em oito categorias – Tribunal Estadual, Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal Regional Federal, Instrutores de Mediação e Conciliação, Ensino Superior, Mediação e Conciliação Extrajudicial, Demandas Complexas e Coletivas e Juiz Individual. Esta última premiou magistrados dos três principais ramos do Judiciário – Trabalhista, Federal e Estadual. ●



Coube ao juiz Carlos Eduardo Oliveira Dias (centro), membro do CNJ e titular da 1ª Vara do Trabalho de Campinas, entregar o prêmio aos colegas José Roberto Dantas Oliva e Vanessa Maria Sampaio Villanova Matos



Fotos: Divulgação

Desembargadores participam de debate sobre a desigualdade racial no Brasil

Os desembargadores Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho, vice-presidente administrativo do TRT-15 – que representou o presidente da Corte, desembargador Fernando da Silva Borges –, e Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, presidente do Comitê Regional de Erradicação do Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Discriminação da 15ª, participaram do debate Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial. Promovido pelo jornal *Folha de S.Paulo* e pela Faculdade Zumbi dos Palmares, o evento foi realizado no auditório da *Folha*, na capital paulista, em 21 de março, data que marca o Dia Internacional para a Eliminação da Desigualdade Racial.

A desembargadora, que também é membro do Comitê, fez parte da mesa-redonda que debateu o tema, junto com o senador Cristovam Buarque (PPS-DF), do ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto, ex-presidente da Corte, e da secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, Ivana de Siqueira. Para a magistrada, é dever do Estado e da sociedade em geral “reconhecer a identidade racial e valorizar as suas experiências culturais”. Segundo ela, “não se pode mais pensar num Estado neutro. Ele deve se preocupar mais em conceber meios concretos para que todas as pessoas tenham acesso aos bens necessários a uma vida digna e de inclusão social”.

Nessa linha, a desembargadora ressaltou que o Poder Judiciário “está sensível a todo esse contexto e, além de reprimir as situações discriminatórias que chegam até ele, nas ações judiciais, também tem saído da neutralidade, engajando-se em projetos sociais para mudar a cultura e acabar com o preconceito e com a discriminação”. O principal instrumento de atuação nesse sentido têm sido as chamadas “ações afirmativas”, observou a debatedora. “São ações como a política de cotas como elemento de inclusão social. O Poder Judiciário adota essa política, e mais especificamente o TRT-15, reservando para os candidatos negros 20% das vagas nos concursos para ingresso na Magistratura do Trabalho. Inclusive, no último concurso, concluído em 2016, dos 28 aprovados, dois in- ▶

Desembargadora Helena Rosa Mônaco: Poder Judiciário está engajado em projetos sociais para mudar a cultura e acabar com o preconceito e a discriminação. Na foto maior, momento do debate, realizado no auditório da *Folha de S.Paulo*



O presidente do Comitê Regional de Erradicação do Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Discriminação da 15ª Região, desembargador Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, também marcou presença no evento



gressaram pelo regime de cotas. A regra vale também nos concursos para o quadro de servidores.”

Helena Rosa defendeu a adoção de medidas de inclusão também pelas empresas privadas e lembrou um evento realizado na sede do TRT-15, em Campinas, em 23 de agosto de 2016, reunindo representantes de dezenas de companhias instaladas na região de Campinas. Na ocasião foi divulgada a Carta de Campinas, assinada pelo Tribunal e pelo presidente da Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sociocultural

(Afrobrás), José Vicente. O documento incentiva os empresários a adotar “um modelo que efetivamente contribua para o acesso dos afrodescendentes ao primeiro emprego, diminuindo, assim, a desigualdade de oportunidades”, sublinhou a magistrada.

O debate contou ainda com a participação de representantes de grandes grupos empresariais, como Magazine Luiza, Microsoft, Itaú Unibanco, Bradesco e Unilever, que apresentaram casos bem-sucedidos de inclusão social em seus quadros de empregados. ●

Ex-presidente do TRT assume a presidência da Academia Campinense de Letras

O desembargador aposentado Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva, que presidiu o TRT-15 no biênio 2008-2010, tomou posse em 20 de março como presidente da Academia Campinense de Letras. Acadêmico desde 27 de novembro de 2014, Sotero ocupa, por coincidência, justamente a cadeira de número 15, antes ocupada pelo escritor Rubem Alves e cujo patrono é Rui Barbosa.

O atual presidente do Tribunal, desembargador Fernando da Silva Borges, foi uma das personalidades que participaram da solenidade. O magistrado homenageou o antigo colega de corte com um pronunciamento em que destacou a importância socioeconômica da Justiça do Trabalho, “um dos principais distribuidores de justiça social no País”. ●



Membro da ACL desde 2014, Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva (centro) presidiu o Regional no biênio 2008-2010



Iniciativa foi um gesto de reconhecimento à qualidade do trabalho dos servidores da Corte



Desembargadores da direção do Tribunal visitam unidades da sede judicial da Corte

Como reconhecimento ao trabalho realizado pelos servidores do TRT-15, magistrados que compõem a administração do Regional visitaram em 17 de fevereiro as unidades instaladas na sede judicial da Corte, para dialogar diretamente com as equipes. Localizado na Rua Barão de Jaguará, 901, no Centro de Campinas, o edifício sedia o Tribunal desde 2002 e leva o nome do desembargador aposentado Pedro Benjamin Vieira, principal idealizador da criação da Justiça do Trabalho da 15ª Região. Ele presidiu todo o processo de instalação do TRT.

Compuseram a comitiva os desembargadores Fernando da Silva Borges, presidente do Tribunal, Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho, vice-presidente administrativo, e Edmundo Fraga Lopes, vice-presidente judicial, além do juiz auxiliar da Vice-Presidência Administrativa (VPA), Mauro César Luna Rossi. Também participaram o secretário-geral da Presidência, Evandro Luiz Michelin, o diretor-geral do TRT, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser, e o assessor de Segurança e Transporte, coronel Carlos de Carvalho Junior.

“O objetivo da visita é cumprimentar e reconhecer a excelência do trabalho feito pelos servidores da 15ª Região”, destacou Fernando Borges. Ele ressaltou que o contato direto com os profissionais permite aos dirigentes da Corte, empossados em 9 de dezembro passado, “familiarizar-se com as dezenas de ações e projetos realizados na 15ª, receber sugestões e ouvir as expectativas das equipes”.

O percurso começou no 16º andar, nas instalações da Corregedoria Regional, uma das áreas estratégicas da Corte, conforme enfatizou o presidente do TRT. Recebido pela vice-corregedora, desembargadora Susana Graciela Santiso, o grupo fez questão de cumprimentar não só as juízas auxiliares do órgão, Maria da Graça Bonança Barbosa e Lúcia Zimmermann, mas também todos os servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados. Ainda no 16º pavimento, os próprios desembargadores Helena Rosa e Edmundo apresentaram aos outros membros da comitiva os servidores que atuam na VPA e na Vice-Presidência Judicial (VPJ).

Nas secretarias das turmas, distribuídas do 10º ao 15º andar, chamou a atenção do grupo a redução da quantidade de processos em papel nas estantes. “Os espaços vazios nas prateleiras são inversamente proporcionais ao volume de processos eletrônicos que recebemos. Nunca tivemos tantos para julgar”, observou o desembargador Edmundo. Já a vice-presidente administrativo ressaltou os benefícios da diminuição dos chamados “processos físicos” para a qualidade de vida dos servidores. “Além do impacto ambiental, há também a diminuição do estresse, graças à oferta de espaços mais arejados e mais adequados às necessidades deles”, afirmou a desembargadora Helena Rosa.

No 6º andar, a comitiva esteve nas Coordenadorias de Comunicação Social e de Estatística e Pesquisa, bem como nas Assessorias de Apoio aos Magistrados, de Precatórios e de Gestão Estratégica. Em

todas as unidades, o reconhecimento pela atuação dos servidores foi característica comum à fala dos desembargadores. “Por onde passo, só ouço elogios ao trabalho realizado pela 15ª Região”, afirmou Fernando Borges, que, antes de ingressar na Magistratura, foi servidor do TRT da 2ª Região por oito anos. Ainda no mesmo pavimento, o presidente do Regional fez questão de cumprimentar as telefonistas terceirizadas do TRT, ressaltando a relevância do trabalho feito por elas para a imagem da Corte perante a sociedade.

No 5º andar, que abriga a Escola Judicial (Ejud) da 15ª, o anfitrião, desembargador Manoel Carlos Toledo Filho, diretor da instituição, apresentou aos visitantes as modernas instalações da secretaria executiva da Ejud, da Biblioteca Délio Maranhão e da Seção de Pesquisa e Publicações Jurídicas, todas consideradas referência por outros tribunais trabalhistas.

Magistrados também percorrem setores da sede administrativa do Regional

Em 11 de janeiro, a direção do TRT-15 já havia visitado a sede administrativa da Corte, na esquina das Ruas Dr. Quirino e Conceição, também no Centro de Campinas. Na ocasião, todos os cinco dirigentes do Tribunal participaram da iniciativa – além do presidente Fernando Borges e dos vices Helena Rosa e Edmundo, a comitiva incluiu os desembargadores Samuel Hugo Lima, corregedor regional, e Susana Graciela Santiso, vice-corregedora.

Quem dá nome ao prédio é o desembargador Adilson Bassalho Pereira, falecido em 2008. Ele foi o “braço direito” do presidente instalador do Regional em todo o processo de criação da 15ª, como costuma lembrar o próprio Pedro Benjamin. O edifício foi a primeira sede do Tribunal, até a mudança para a Rua Barão de Jaguará, e abrigou ainda o Fórum Trabalhista de Campinas, de 2002 a 2008.

A comitiva percorreu todas as áreas do edifício



O grupo percorreu todo o edifício, cumprimentando os servidores. Também marcaram presença os juízes auxiliares Alessandro Tristão (Presidência) e Mauro César Luna Rossi (Vice-Presidência Administrativa), além do secretário-geral da Presidência, Evandro Luiz Michelon, do diretor-geral do TRT, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser, e do secretário-geral judiciário, Paulo Eduardo de Almeida.

Primeiramente, a comitiva foi recebida pela secretária de Saúde do Regional, a médica Heloísa Helena Mazon Zakia, que apresentou as instalações da Secretaria, no 6º andar do edifício, e resumiu os serviços prestados pela unidade. Na sequência, os secretários Gustavo Fachim

(Gestão de Pessoas) e Herbert Wittmann (Tecnologia da Informação e Comunicações), o então secretário David Moro Neto (Orçamento e Finanças) e a secretária em exercício Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson (Administração) debateram com o grupo as peculiaridades do funcionamento e da abrangência das áreas em que atuam.

O roteiro foi concluído no térreo da sede administrativa, onde funcionam o Centro de Memória, Arquivo e Cultura (Cmac) do Tribunal e o Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejusc-JJT) – que, na época, ainda era denominado Centro Integrado de Conciliação (CIC) – de 2º Grau. ●

Demanda na 15ª sobe mais de 7% em 2016 e mantém tendência de alta no início deste ano

Termômetro da economia do País, a Justiça do Trabalho tem refletido os efeitos da atual crise brasileira, em que o número de desempregados já passa de 12 milhões. Até mesmo a 15ª Região, cuja jurisdição abrange uma das porções mais ricas do Brasil – 599 municípios do interior de São Paulo e dos literais norte e sul do estado –, não foge à regra. Segundo dados da Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TRT-15, 345.734 processos ingressaram na 1ª instância do Regional no ano passado, número 7,18% superior ao de 2015, quando foram recebidas 322.551 ações. No 2º grau de jurisdição, foram 122.728 processos em 2016, 5,57% a mais do que os 116.249 do ano anterior.

Em 2017, até aqui, pelo menos, esse panorama não mudou. No mês de janeiro, foram 23.930 ações novas na 1ª instância, contra 22.598 no mesmo período de 2016 – aumento de 5,89%. “De acordo com o artigo 7º da Constituição Federal de 1988, o trabalhador tem até dois anos após a extinção do contrato de trabalho para reclamar direitos não cumpridos. Portanto, a expectativa do Judiciário Trabalhista da 15ª Região é de aumento progressivo do número de processos nos próximos anos, refletindo o desemprego crescente”, sublinha o presidente do Tribunal, desembargador Fernando da Silva Borges.

Efetividade – A sobrecarga de trabalho, no entanto, não tem impedido o TRT-15 de cumprir sua missão constitucional. Só em 2016, as 153 varas do trabalho e 10 postos avançados da 15ª solucionaram 311.076 ações, sendo 126.805, ou 40,76%, por acordo. O resul-

tado gerou R\$ 2.884.238.963,73 para os trabalhadores que eram parte nesses processos – R\$ 1.741.562.547,01 foram fruto das conciliações (60,38%). Quanto à arrecadação, no ano passado a Justiça do Trabalho da 15ª gerou R\$ 249,3 milhões para os cofres públicos, somando Imposto de Renda, contribuição previdenciária, custas judiciais, multas e emolumentos.

Além de manter a tradição de êxito na solução conciliada dos processos, a JT-15 exibiu um sucesso sem precedentes nas execuções, nos dois últimos anos. Graças, entre outros fatores, ao uso intensivo de ferramentas *on-line* de pesquisa patrimonial – como o BacenJud, que permite penhorar o valor da dívida diretamente em contas correntes ou aplicações financeiras de titularidade do devedor, por meio de convênio com o Banco Central, o Renajud, para bloqueios de veículos, uma parceria com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), e o Infojud, que dá aos juízes acesso ao banco de dados da Receita Federal, para localização de bens ou endereços dos devedores –, o saldo de processos em fase de execução na 15ª caiu cerca de 30% no último biênio. No final de 2014, o estoque de ações nesse estágio era de 239.569. Dois anos depois, foi reduzido a 167.486. Em 2016, a taxa de produtividade da 15ª Região nessa seara, que é tida como o “calcanhar de Aquiles” do processo trabalhista, foi de 164%, quase o dobro da média dos 24 TRTs do País, que ficou em 85%. “A meta para 2017 é aprimorar o uso das ferramentas *on-line* e melhorar ainda mais a efetividade na execução, dando continuidade à redução progressiva do estoque”, enfatiza Fernando Borges. ●

Hospital de Câncer de Barretos inaugura Centro de Pesquisa Molecular, construído com recursos vindos de ação trabalhista

Referência em tratamentos oncológicos, o Hospital de Câncer de Barretos (HCB) comemorou 55 anos de fundação, em 24 de março, com a inauguração do Centro de Pesquisa Molecular em Prevenção de Câncer. Construída na própria cidade de Barretos, a unidade é o primeiro biotério – viveiro de cobaias – do HCB. Nela será avaliado o quanto a exposição a fatores ambientais e ocupacionais tem potencial de causar tumores. Também serão testados novos medicamentos, antes do uso em pacientes humanos.

Entre as autoridades e personalidades presentes à solenidade estavam o vice-presidente judicial do TRT-15, desembargador Edmundo Fraga Lopes – que representou o colega Fernando da Silva Borges, presidente do Regional –, o procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT), Ronaldo Curado Fleury, o procurador-chefe do MPT em Campinas, Eduardo Luís Amgarten, o procurador do trabalho Ronaldo José de Lira e o deputado federal e cantor Sérgio Reis (PRB-SP), além do presidente do hospital, Henrique Duarte Prata.

O centro de pesquisa só se tornou realidade graças à destinação de R\$ 70 milhões ao HCB. A quantia é parte da indenização por dano moral coletivo fixada em 2013 no acordo no caso Shell-Basf, homologado pelo Tribunal Superior do Trabalho. Segundo os termos da conciliação, a Basf e a Raízen

Combustíveis, sucessora da Shell, comprometeram-se a destinar R\$ 200 milhões a hospitais e instituições de pesquisa. Movido pelo MPT, o processo, uma ação civil pública, teve origem na Justiça do Trabalho de Paulínia, município da Região Metropolitana de Campinas (RMC) onde as empresas mantiveram uma planta industrial para fabricação de agrotóxicos.

As instalações

O centro está instalado num edifício de três andares, com tecnologia avançada para pesquisas nos mais diferentes campos da oncologia molecular, como a genômica, por exemplo, que analisa o DNA dos tumores. A unidade abriga também uma extensão do banco de amostras do HCB, que hoje já reúne cerca de 180 mil amostras biológicas e, com o centro, terá capacidade para dobrar o acervo.

Segundo o diretor científico do Instituto de Ensino e Pesquisa do HCB, Rui Manuel Reis, a nova unidade é a única do Brasil focada na prevenção do câncer, com ênfase em câncer ocupacional. “Essa estrutura vai alavancar a capacitação dos alunos de pós-graduação, pesquisadores e médicos, que terão mais possibilidades de desenvolver estudos inovadores e, conseqüentemente, promover a melhoria na qualidade do diagnóstico e do tratamento, salvando milhares de vidas.” ●

Magistratura Trabalhista e Ministério Público do Trabalho são protagonistas de uma iniciativa que vai beneficiar milhares de pessoas





Na abertura do encontro, o TRT-15 foi representado pela vice-presidente administrativo da Corte, desembargadora Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho (4ª à dir.)

Em simpósio estadual, magistrados da 15ª falam sobre a experiência do Judiciário no combate ao trabalho escravo

Em 27 de janeiro, véspera do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo promoveu o I Simpósio Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo, por meio do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae-SP). Realizado no auditório do Espaço da Cidadania “André Franco Montoro”, no Centro da capital paulista, o evento fez parte da Semana Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, celebrada de 23 a 27 de janeiro, e reuniu magistrados, membros do Ministério Público, advogados, estudantes, defensores públicos, servidores e policiais civis e militares.

O encontro contou com a participação dos desembargadores Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho, vice-presidente administrativo do TRT-15, e Eduardo Benedito de Oliveira Zanella e do juiz Marcus Menezes Barberino Mendes, membros do Comitê Regional de Erradicação do Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Discriminação da 15ª, presidido por Zanella. Helena Rosa, que representou o presidente do Tribunal, desembargador Fernando da Silva Borges, fez parte da mesa de abertura. Zanella, por sua vez, coordenou o primeiro painel, no qual Barberino palestrou sobre “A experiência do Poder Judiciário nos casos do crime de trabalho escravo”. Titular da Vara do Trabalho (VT)

de São Roque, na região de Sorocaba, o juiz defendeu a adoção de políticas públicas de resgate dos trabalhadores submetidos a condições de trabalho degradantes. “Temos que dar mais educação, proteção social, saúde e trabalho digno para essas pessoas”, sustentou.

O tema do segundo painel foi “Moda e sustentabilidade: o Selo ABVTEX [Associação Brasileira do Varejo Têxtil] como fator de transformação do setor de confecções na melhoria das condições de trabalho”, a cargo do diretor-executivo da entidade, Edmundo Lima. O terceiro e último painel debateu “Os imigrantes e o trabalho escravo”, e a palestrante foi Carla Aparecida Silva Aguiar, do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (Camí), referência no Brasil na promoção e defesa dos direitos humanos dos migrantes.



Rede de proteção

O Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo é celebrado em 28 de janeiro em homenagem aos auditores fiscais do trabalho Eratóstenes de Almeida, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva e ao motorista Ailton Pereira de Oliveira, que, nessa data, no ano de 2004, foram assassinados quando investigavam denúncias de trabalho escravo em Unaí (MG). O crime repercutiu nacionalmente e motivou a intensificação das ações de resgate de pessoas submetidas a condições análogas à escravidão. Segundo o Ministério do Trabalho, só nos últimos 20 anos mais de 50 mil trabalhadores foram resgatados dessa situação no Brasil.

Atualmente já existe no País uma espécie de rede de proteção para esse tipo de vítima. A Coetreae-SP, por exemplo, foi instituída em 2011, por meio do Decreto Estadual 57.368, e mobiliza representantes dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da OAB em 15 regiões do estado. Um dos órgãos que compõem a Comissão é o TRT-15, por intermédio do Comitê Regional de Erradicação do Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Discriminação, criado em 2014. Além dos desembargadores Zanella e Helena Rosa e do juiz Barberino, fazem parte do Comitê a desembargadora Susana Graciela Santiso, vice-corregedora regional, e o juiz Renato César Trevisani, titular da VT de Ituverava, na região de Ribeirão Preto.

No último dia 13 de dezembro, São Paulo e mais 14 estados do País, além do Distrito Federal (DF), assi-

naram em Brasília o Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo, iniciativa conjunta da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Conselho Nacional de Justiça.

Para denunciar

Comitê do TRT-15

cetetpd@trt15.jus.br

Ouvidoria do Tribunal

0800-7713315

<http://portal.trt15.jus.br/ouvidoria>

Disque Direitos Humanos

Disque 100 (denúncia anônima)

MPT na 15ª Região

(19) 3796-9600

<http://www.prt15.mpt.gov.br/servicos/denuncias>

NETP

(11) 3241-4291

netp@justica.sp.gov.br

Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania de SP

(11) 3291-2621 e (11) 3291-2617

ouvidoria@justica.sp.gov.br

Posto de Atendimento ao Migrante

(11) 2445-4719

paaguarulhos@gmail.com

Atuação dos Jeias é destacada em livro lançado durante o simpósio

O esforço dos Juizados Especiais da Infância e Adolescência (Jeias) do TRT-15 no combate à exploração irregular da mão de obra de crianças e adolescentes foi reconhecido no livro digital *Trabalho infantil no Estado de São Paulo – Diagnóstico com base na atuação do Ministério Público do Trabalho da 2ª e da 15ª Região*. Editada pelo NETP, a obra foi lançada durante o I Simpósio Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo.

Coordenado por Juliana Felicidade Armede e Flávio Antas Corrêa, com redação e pesquisa de Renata Gomes da Silva e Danilo Leite, o livro inclui um estudo de caso com foco no Jeia de Franca e sua atuação em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, a Defensoria

Pública do Estado e a rede local de proteção da infância e juventude. Primeira do gênero, a unidade foi instalada em novembro de 2014. Posteriormente, o Tribunal inaugurou os juizados de Araçatuba, Bauru, Campinas, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba e Fernandópolis.

Os Jeias instruem, conciliam e julgam processos que envolvem trabalhadores com idade inferior a 18 anos, incluindo pedidos de autorização para trabalho de crianças e adolescentes e para fiscalização de trabalho infantil doméstico, além de ações civis públicas e coletivas. Em parceria com entidades locais, os juizados também promovem o encaminhamento de adolescentes para programas de aprendizagem. ●



O desembargador Edison dos Santos Pelegrini (dir.) presidiu a audiência, que durou quase sete horas

R\$ 30 milhões

Odebrecht e MPT selam no Tribunal maior acordo da história do País em processos que envolvem trabalho degradante e aliciamento de pessoas

Em audiência presidida pelo desembargador Edison dos Santos Pelegrini, da 10ª Câmara do TRT-15, o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Construtora Norberto Odebrecht S.A. e duas de suas subsidiárias – Odebrecht Serviços de Exportação S.A. e Odebrecht Agroindustrial – selaram em 16 de março na sede da Corte, após quase sete horas de negociação (das 16 às 22h37), o maior acordo da história brasileira em ações que envolvem combate ao trabalho análogo à escravidão e ao aliciamento de trabalhadores. As empresas pagarão R\$ 30 milhões, em 12 parcelas semestrais de R\$ 2,5 milhões, e os valores serão destinados a iniciativas que beneficiem a sociedade, aprovadas conjuntamente pelo Tribunal e pelo MPT em Campinas. A primeira parcela vence no próximo dia 10 de julho.

As companhias também assumiram solidariamente a obrigação de “jamais vir a realizar, promover, estimular ou contribuir com o aliciamento nacional e/ou internacional de trabalhadores” e de, em hipótese alguma, “submeter trabalhadores a condição análoga à de escravo”, sob pena de multa de R\$ 100 mil por trabalhador.

Elas se comprometeram ainda a não utilizar, em seus empreendimentos internacionais, mão de obra contratada no Brasil e enviada a outro país sem que haja visto de trabalho concedido pelo governo local, e a “não realizar, promover, contribuir ou se aproveitar da intermediação de mão de obra (*marchandage*) com o envolvimento de aliciadores, intermediadores ou ‘gatos’”. A multa por descumprimento será de, respectivamente, R\$ 60 mil e R\$ 50 mil por trabalhador. ►

A intermediação de mão de obra só poderá ocorrer em casos de trabalho temporário, observado o que estabelece a Lei 6.019/1974, ou de serviços de colocação no mercado de trabalho realizados pelo Sistema Nacional de Emprego ou órgãos afins.

“O TRT-15 é referência nacional em sentenças e acordos extremamente difíceis, como esse celebrado com a Odebrecht. É um tribunal progressista, que busca cercar esse tipo de conduta extrema, buscando a conciliação, aplicando a lei e julgando com justiça”, afirmou o procurador Rafael de Araújo Gomes, autor da ACP.

O caso – Em 1ª instância, a ação tramitou na 2ª Vara do Trabalho (VT) de Araraquara, na qual as empresas foram condenadas a pagar R\$ 50 milhões por dano moral coletivo. Segundo a sentença, elas mantiveram mais de 400 trabalhadores em condições análogas à escravidão durante a construção da usina de açúcar e etanol Biocom, na Província de Malanje, em Angola. Boa parte das vítimas foi recrutada no interior do Estado de São Paulo, mais

precisamente nas cidades de Araraquara e Américo Brasiliense.

O caso chegou ao conhecimento do MPT após a publicação, em 2013, de uma reportagem em que alguns operários da obra relatam ter sofrido maus-tratos ao longo dos dois anos anteriores. Foi então que o procurador Rafael abriu um inquérito que daria origem à ACP.

Na decisão de 1º grau, o juiz Carlos Alberto Frigieri concluiu que os operários brasileiros contratados para a construção da usina foram submetidos a um regime laboral “prestado sem as garantias mínimas de saúde e higiene, respeito e alimentação, evidenciando-se o trabalho degradante, inserido no conceito de trabalho na condição análoga à de escravo”.

As empresas negaram as irregularidades e recorreram da sentença. O MPT, por sua vez, também entrou com recurso, pedindo que o valor da condenação fosse majorado. Depois de várias reuniões entre as partes na tentativa de obter uma solução conciliada do processo, o acordo selado em 16 de março finalmente pôs fim ao litígio. ●



Da esq. para a dir, na mesa alta: os desembargadores Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, presidente do Comitê Regional de Erradicação do Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Discriminação da 15ª, Edmundo Fraga Lopes, vice-presidente judicial do TRT-15, e Fernando da Silva Borges, presidente da Corte, participam das negociações, junto com o colega Pelegrini – quantia será destinada a projetos que beneficiem a sociedade



Fotos: Aldo Dias (TST)

O juiz auxiliar da Presidência do TST e do CSJT, Maximiliano Pereira de Carvalho (esq.), em reunião no Fórum Trabalhista de Campinas – TRT-15 foi escolhido graças ao êxito da implantação do PJe em sua jurisdição

TST inaugura PJe com processos da 15ª

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Ives Gandra Martins Filho, assinou em 6 de março as primeiras decisões em ações ajuizadas por meio do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Corte. Primeiro regional trabalhista de grande porte a ter a nova tecnologia implantada em toda a sua jurisdição, o TRT-15 também foi protagonista no momento histórico – os agravos de instrumento analisados pelo ministro são originários da 15ª.

A implantação do PJe no TST teve início em 1º de março. A previsão é que até o final do ano o sistema chegue ao Tribunal Pleno, ao Órgão Especial, às oito turmas e às Seções Especializadas em Dissídios Coletivos e em Dissídios Individuais, englobando toda a Corte. A mudança trará maior integração com o 1º e com o 2º grau de jurisdição. “É uma grande alegria para nós ver que a Justiça do Trabalho vai ficar totalmente integrada ao PJe, funcionando numa plataforma única. Varas do trabalho, TRTs e TST ‘conversarão’ num mesmo ambiente”, comemorou Ives Gandra.

Para auxiliar magistrados, servidores, advogados e outros usuários do sistema, a Coordenadoria de Processos Eletrônicos do TST desenvolveu tutoriais sobre como acessar e utilizar o PJe. O material inclui

recursos como vídeos e um infográfico e pode ser acessado na página <http://www.tst.jus.br/pje>.

Protagonismo do TRT-15

A remessa de processos da 15ª Região foi definida durante visita ao Regional, nos dias 22, 23 e 24 de fevereiro, do juiz auxiliar da Presidência do TST e do CSJT e subcoordenador do Comitê Gestor Nacional do PJe, Maximiliano Pereira de Carvalho, e do coordenador técnico do CSJT para o PJe, Herbert Bezerra Parente. Eles debateram o assunto com os desembargadores Fernando da Silva Borges, presidente do TRT-15, Edmundo Fraga Lopes, vice-presidente judicial, Luiz Antonio Lazarim, que preside a Comissão de Informática da Corte e coordena o Comitê Gestor Regional do PJe, José Otávio de Souza Ferreira e Claudinei Zapata Marques – os dois últimos também integram o Comitê. As reuniões contaram ainda com a presença dos juízes auxiliares Alessandro Tristão (Presidência), Renato Henry Sant’Anna (Vice-Presidência Judicial) e Lúcia Zimmermann (Corregedoria Regional) e dos servidores Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser, diretor-geral do TRT, Paulo Eduardo de Almeida, secretário-geral judiciário, Vlademir Nei Suato, secretário ►



Maximiliano também se reuniu com o presidente do Regional, desembargador Fernando da Silva Borges (dir.)



O magistrado participou ainda de sessão do Pleno do TRT, para debater os avanços do PJe com os desembargadores

da Corregedoria, e Herbert Wittmann, secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações. Maximiliano afirmou na ocasião que a implantação e o funcionamento do PJe nos TRTs da 15ª e da 2ª Região (sediado na capital paulista) “são parâmetros para todo o Judiciário Trabalhista do País”.

O juiz participou, inclusive, na manhã do dia 23, da sessão do Pleno Judicial do Regional, quando destacou o trabalho realizado pela desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann, vice-diretora da Escola Judicial da Corte, no desenvolvimento do PJe na Justiça Trabalhista. A magistrada coordenou o Comi-

tê Gestor Nacional do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho no período 2014-2015.

Mais de 1 milhão de processos eletrônicos

O TRT da 15ª Região concluiu a implantação do PJe em todas as unidades de 1º grau em 2 de julho de 2014. Exatos dois anos e dois dias depois, a Corte atingia 1 milhão de processos tramitando no sistema, segundo a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Regional. ●

Desembargadora Ana Paula toma posse como assessora da Presidência da AMB

A vice-diretora da Escola Judicial do TRT da 15ª Região, desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann, é a nova assessora da Presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Ela assumiu o cargo em 15 de dezembro, durante a solenidade de posse da nova diretoria da entidade, em Brasília. O presidente da AMB para o triênio 2016-2019 é o juiz titular da 13ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, Jayme Martins de Oliveira Neto.

A cerimônia reuniu cerca de 500 pessoas, incluindo os desembargadores Fernando da Silva Borges, presidente do TRT-15, e Lorival Ferreira dos Santos, que presidiu o Tribunal no biênio 2014-2016, e os ministros Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça – atual corregedor nacional de justiça –, e Alexandre de Moraes, hoje também membro do STF e que, na época, era ministro da Justiça. Também

participaram os presidentes do Tribunal de Justiça de São Paulo, Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, e do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia, entre outras personalidades. ●



A magistrada (dir.) integra a equipe comandada pelo juiz Jayme de Oliveira

Tem início mais uma edição do Apoia 15



O corregedor regional, desembargador Samuel Hugo Lima, e a juíza auxiliar da Corregedoria, Maria da Graça Bonança Barbosa, sintetizaram as diretrizes da iniciativa



Com um encontro na Escola Judicial do TRT-15, a Corregedoria da 15ª Região deu início, nos dias 23 e 24 de março, a mais uma edição do Projeto Apoia 15. O evento contou com a participação de 34 juízes e 70 servidores, entre diretores e assistentes, vindos de 26 varas do trabalho (VTs) das oito circunscrições em que se divide a 15ª.

Na abertura das atividades, a juíza auxiliar da Corregedoria Maria da Graça Bonança Barbosa enfatizou que, entre os principais problemas detectados pelo Apoia 15 nas unidades de 1ª instância da 15ª, estão os relacionados com gestão de pessoas, saúde de juízes e servidores e meio ambiente de trabalho. A magistrada antecipou que a iniciativa não pretende lançar mão dos chamados “mutirões”, considerados atualmente pela Corregedoria como de pouca efetividade. “Eles geram sobrecarga de serviço para a VT e não alteram a forma e a rotina de trabalho da unidade, não trazem aperfeiçoamento.” Por outro lado, a estratégia cuja adoção o órgão propõe – os “planos de ação” – inclui medidas

como a identificação do volume de processos da unidade e o mapeamento do fluxo processual.

Já o corregedor regional, desembargador Samuel Hugo Lima, reafirmou que o papel da Corregedoria, mais do que fiscalizar, é orientar juízes e servidores na busca da eliminação das dificuldades detectadas. “Não adianta simplesmente apontar os problemas. A Corregedoria tem de ser parceira das varas do trabalho. Nosso papel é encorajar vocês. Não vejo outra saída”, enfatizou.

Também fizeram parte da programação do encontro um *workshop* sobre o Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão), entre outros temas, e a palestra “Gestão de processos descomplicada para o dia a dia nas organizações”, ministrada pelo servidor Rodrigo César Barros da Rosa, da 2ª VT de Araçatuba. Formado em administração, o palestrante possui especialização em estratégias organizacionais, gestão pública e desenvolvimento de pessoas e líderes. ●

Lançamento do projeto contou com mais de cem participantes, vindos das oito circunscrições da 15ª



Tribunal cria Núcleo de Gerenciamento de Precedentes

Por meio da Resolução Administrativa nº 9/2017, publicada em 17 de março, o TRT-15 instituiu o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep). Vinculado à Vice-Presidência Judicial (VPJ) da Corte, o Núcleo é supervisionado pela Comissão de Jurisprudência do Tribunal, presidida pelo desembargador Edmundo Fraga Lopes, vice-presidente judicial da 15ª.

As atribuições do Nugep incluem dar cumprimento às determinações da Resolução 235/2016 do Conselho Nacional de Justiça, em especial no que se refere à administração do sistema de precedentes cria-

do pela Lei Federal 13.015/2014 e pelo novo Código de Processo Civil – Incidentes de Uniformização de Jurisprudência, de Assunção de Competência e de Recursos Repetitivos e Arguições de Inconstitucionalidade, além das uniformizações feitas pelos Tribunais Superiores.

A equipe do Nugep é formada, nos termos da Resolução Administrativa 9/2017, pelo juiz auxiliar da VPJ, Renato Henry Sant'Anna, coordenador do grupo, e pelos servidores Cinthia Garcia Rodrigues, Evandro César Garcia Coelho, Giselle Pinheiro Lima e Paulo Henrique Caruso Pazzianotto Pinto. ●

O vice-presidente judicial do TRT-15, desembargador Edmundo Fraga Lopes (esq.), com a equipe do Nugep, que é coordenada pelo juiz Renato Henry Sant'Anna (3º à esq.)



Portal do TRT na internet divulga agenda do presidente da Corte

Para aumentar ainda mais a transparência de suas atividades e fomentar o controle social dos atos da administração da Corte, o TRT da 15ª Região passou a publicar na internet a agenda do presidente do Regional, desembargador Fernando da Silva Borges. Atualizada diariamente, a agenda está disponível logo no primeiro *link* da seção Informações, acessível na página principal do portal do TRT.

Também estão disponíveis no site, de forma detalhada, dados como as despesas realizadas pela Justiça do Trabalho da 15ª Região, a execução orçamentária, licitações, contratações e convênios, bem como as notícias a respeito do Tribunal, incluindo matérias sobre decisões de 1º e de 2º grau de jurisdição.

Só no ano passado, cerca de 4 milhões de usuários “navegaram” no portal, totalizando aproximadamente 55 milhões de acessos. ●

“Precisamos encontrar o remédio para sanar essa verdadeira ‘patologia’ em que se tornou a execução na Justiça do Trabalho”, sublinhou o corregedor, desembargador Samuel Hugo Lima (dir.)



O juiz auxiliar da Presidência do TRT-5, Firmo Ferreira Leal Neto, e o diretor da Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas do Regional, Leonardo Barreto, apresentaram as inovações já implantadas na Justiça do Trabalho da Bahia

Corregedoria Regional promove evento com TRTs de Minas Gerais e Bahia para aperfeiçoar a execução trabalhista no PJe

O TRT-15 sediou, de 18 a 20 de janeiro, uma reunião do Projeto de Elaboração do Banco de Dados da Execução no Processo Judicial Eletrônico (PJe). O nome é extenso, difícil de decorar, é verdade, mas, do evento promovido em Campinas pela Corregedoria Regional o que importa realmente é saber que ele se concentrou numa preocupação tão grande quanto antiga na Justiça do Trabalho – a execução, a fase mais difícil do processo trabalhista. “O principal objetivo foi aprimorar o fluxo de execução, implantado na 15ª Região na gestão do corregedor Luiz Antonio Lazarim [2010-2012]”, resumiu o corregedor regional, desembargador Samuel Hugo Lima. “Precisamos encontrar o remédio para sanar essa verdadeira ‘patologia’ em que se tornou a execução na Justiça do Trabalho.”

E se o “inimigo” é poderoso, nada melhor do que unir forças para derrotá-lo. Melhor ainda se for com parceiros de peso. Assim é que também participaram do encontro os Regionais mineiro (3ª Região) e baiano (5ª). Do TRT-3 vieram o juiz titular da 1ª Vara do Trabalho (VI) de Itabira – terra de Drummond, não custa lembrar –, Cristiano Daniel Muzzi, e os servidores Renê Torres, da Corregedoria Regional, e Denise Grego, Christiane Kunzi e Fabiana Consani, da Secretaria de Apoio Judiciário. Já da Corte baiana, os participantes foram o juiz auxiliar da Presidência, Firmo

Ferreira Leal Neto, e os servidores Leonardo Barreto e Maria Madalena Oliveira de Brito Cunha, diretores, respectivamente, da Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas e da Secretaria de Organização e Métodos.

A programação do evento incluiu temas como hastas públicas, pesquisa avançada do patrimônio dos executados e inovações do PJe na fase de execução. Também fez parte da pauta o Sistema de Execuções EXE-15. Desenvolvida pelo TRT da 15ª Região, a tecnologia reúne uma série de ferramentas de trabalho, como, por exemplo, um banco de bens penhorados no âmbito da 15ª, com a descrição de cada item, incluindo as características e informações necessárias à confecção de edital para a hasta pública, e o registro de diligências e pesquisas patrimoniais feitas pelos oficiais de justiça.

O que é que a Bahia tem?

Tem várias ferramentas desenvolvidas pelo TRT-5 para facilitar a vida de quem lida com processo trabalhista por lá, Caymmi. Uma delas é o Mobile, aplicativo de celular idealizado pelo juiz Firmo e desenvolvido pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas do Regional baiano. Apresentada durante o evento no TRT-15, a tecnologia permite a magistrados, advogados, servidores e peritos, bem como às próprias ►

partes, consultar o andamento de processos, incluindo a pauta de audiências e os prazos, e acessar a jurisprudência, entre outras funcionalidades. Segundo Firmo, o aplicativo já foi aprovado pelo CSJT e será adaptado para, no futuro, ser adotado por todos os regionais.

Acesso rápido via *QR Codes*

A 15ª Região também está se modernizando. Juízes e diretores de secretaria de VT já contam com uma ferramenta baseada em códigos de barras bidimensionais, os chamados *QR Codes*, para acompanhar em seus *smartphones* as estatísticas do Relatório de Aferição de Resultados (RAR) e do Mapeamento Global de Desempenho (MGD), como o número de processos solucionados e de audiências realizadas e as taxas de congestionamento, por exemplo. Os *QR Codes* permitem que o acesso aos relatórios se dê por meio de um único toque na tela do celular. Antes, para visualizar o RAR ou o MGD no aparelho era preciso digitar manualmente o endereço de rede, geralmente composto por dezenas de caracteres.

Para usar o recurso, o primeiro passo é baixar um aplicativo para leitura de *QR Codes* – a Corregedoria Regional recomenda o *QR Reader*, disponível gratuitamente tanto para celulares que utilizam o sistema operacional *Android* quanto para os que fazem

uso do *iOS*. Em seguida, basta direcionar a câmera do celular uma única vez para a capa do relatório, na tela do computador ou na versão impressa, e o endereço eletrônico ficará armazenado no *smartphone*, para ser acessado sempre que o usuário precisar.

Cada juiz da 15ª tem à disposição um código bidimensional personalizado para visualizar o RAR no celular. Já no caso do MGD, são as VTs que possuem um *QR Code* único, que pode ser usado pelo juiz ou pelo diretor de secretaria, ou ainda por servidores que os auxiliem.

O MGD é um leitor de cenários desenvolvido pela própria Corregedoria da 15ª Região e que permite ao gestor da VT monitorar o desempenho da unidade sob sua responsabilidade, assim como o de outras VTs de porte semelhante, por meio da média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho disponível. Já o RAR, outra “cria” da Corregedoria Regional, fornece informações individualizadas sobre os resultados dos magistrados. Ambos utilizam dados extraídos do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão).

Segundo a Corregedoria da 15ª, no ano passado apenas 19% dos acessos ao RAR foram feitos por meio de dispositivos móveis, como celulares e *tablets*. Em 2017, no entanto, após a introdução dos códigos bidimensionais, esse percentual subiu para 42%. ●

Presidente do Tribunal é homenageado pela Associação dos Advogados Trabalhistas de SP

Por sua atuação em defesa da Justiça do Trabalho e da advocacia trabalhista, o presidente do TRT da 15ª Região, desembargador Fernando da Silva Borges, foi homenageado em 2 de março pela Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo (AATSP) com o Diploma de Honra ao Mérito da entidade. A honraria foi entregue pelo presidente da instituição, Lívio Enescu, numa cerimônia que reuniu, na Presidência do Tribunal, os desembargadores Ana Paula Pellegrina Lockmann, vice-diretora da Escola Judicial do TRT-15, e Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, que dirigiu a Escola no biênio 2014-2016, além dos advogados Aparecido Inácio Ferrari de Medeiros e Jesus Arriel Cones Junior. ●

O presidente da entidade, Lívio Enescu (esq.), entregou a honraria ao desembargador Fernando da Silva Borges



Tribunal capacita agentes de segurança com cursos na Polícia Militar de São Paulo



À esq., o assessor de Segurança e Transporte do TRT, Carlos de Carvalho Junior, demonstra ao desembargador Helcio Dantas Lobo Junior (esq.), da Comissão de Segurança da Corte, o funcionamento da pistola .40, cujo manejo foi lecionado aos agentes. Atividades também incluíram o aprendizado de técnicas de pronto-socorrismo (foto maior)

Em 26 de janeiro, 21 agentes de segurança do TRT-15 concluíram o Curso de Pistola .40, iniciado no dia 23 do mesmo mês. O treinamento compreendeu 36 horas-aula e foi realizado no Comando de Policiamento do Interior 2 (CPI 2) do Centro de Operações da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em Campinas, onde os agentes também fizeram, no dia 27 de janeiro, o curso Pronto-Socorrismo Tático, totalizando 44 horas de capacitação numa única semana.

A solenidade de abertura das atividades contou com a presença do desembargador Helcio Dantas Lobo Junior, membro da Comissão de Segurança do TRT-15 – que representou o colega Fernando da Silva Borges, presidente da Corte e da Comissão –, e do assessor de Segurança e Transporte do Tribunal, coronel Carlos de Carvalho Junior. Também participou o coronel PM Marcelo Nagy, comandante do CPI 2.

O oficial destacou o Método Giraldi, que fez parte do programa do curso e consiste “no tiro defensivo na preservação da vida”, conforme sintetizou o policial. Segundo Nagy, o método, criado na década de 1990, hoje é reconhecido internacionalmente.

O Curso de Pistola .40 foi ministrado pelo primeiro-tenente Sergio Aparecido Fábio e pelo sargento Mário Alexsandro de Oliveira Rocha, do CPI 2. Ao longo dos quatro dias de atividades, cada agente disparou cerca de 200 vezes nas aulas práticas.

Já o curso Pronto-Socorrismo Tático ficou a cargo do tenente-médico PM Joaquim Simões Neto, professor da PUC-Campinas e especialista no chamado “resgate aeromédico”, feito com aviões ou helicópteros, e do primeiro-tenente PM Guilherme Boldrini, do Batalhão de Ações Especiais de Polícia. ▶



Os cursos se dividiram em aulas teóricas e práticas



Presidente do TRT acompanha *in loco* as atividades dos cursos

Em visita institucional à sede da CPI 2, no dia 24 de janeiro, quando acompanhou pessoalmente parte das aulas do Curso de Pistola .40, o desembargador Fernando Borges reforçou a importância da parceria entre o Tribunal e a Polícia Militar para a capacitação dos agentes de segurança da Corte. “Na pessoa do coronel Nagy, agradeço à PM de São Paulo o oferecimento de um treinamento tão especializado a este grupo de servidores do TRT-15”, sublinhou o magistrado. O

presidente do Regional também ressaltou a importância da cooperação entre as instituições públicas “para o fortalecimento da cidadania e da paz social”.

O coronel Nagy explicou ao desembargador alguns detalhes do treinamento oferecido aos servidores. “Além do manuseio adequado das pistolas, o curso abrange lições sobre o desmonte do armamento e procedimentos operacionais, entre outros temas.”

As duas autoridades enfatizaram a relevância do preparo psicológico para os agentes de segurança do TRT, que a cada três anos são submetidos a exames psicotécnicos. ●

Desembargadora Tereza Asta palestra em seminário comemorativo dos 75 anos do TST

A desembargadora Tereza Aparecida Asta Gemignani, da 1ª Câmara do TRT-15, foi uma das palestrantes do Seminário Comemorativo dos 75 Anos da Justiça do Trabalho e 70 Anos do Tribunal Superior do Trabalho, realizado nos dias 24 e 25 de novembro na sede do próprio TST, em Brasília. A magistrada falou sobre os impactos do novo Código de Processo Civil no processo do trabalho.

A palestrante destacou a celeridade, simplicidade e efetividade do processo trabalhista e os desafios que ele terá de enfrentar com o novo modelo de precedentes estabelecido pelo CPC, que “muda o DNA do proces-

so, exigindo também um novo modelo de hermenêutica, pautado pela justificação, coerência e integridade”.

Tereza Asta destacou a importância da Justiça do Trabalho para a formação de nossa brasilidade, ressaltando que, nessas sete décadas, “o protagonismo dessa justiça especializada foi decisivo para assegurar os direitos de cidadania àquele que depende de seu trabalho para sobreviver”. ●

O ministro Barros Levenhagen, presidente do TST no biênio 2014-2016, entregou a Tereza Asta uma medalha comemorativa do evento





O presidente do Regional, desembargador Fernando da Silva Borges (ao microfone), na abertura do evento: “Temos nos esforçado no limite para prestar à sociedade o melhor serviço possível, e temos conseguido”

TRT participa em Sorocaba do III Congresso Interinstitucional de Magistrados do Estado

O presidente do TRT da 15ª Região, desembargador Fernando da Silva Borges, participou em 24 de março do III Congresso Interinstitucional de Magistrados do Estado, realizado no auditório do jornal *Cruzeiro do Sul*, em Sorocaba. Organizado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Amatra XV), pela Associação dos Juizes Federais do Estado de São Paulo (Ajufesp) e pela Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), o evento contou com a presença dos ministros José Antonio Dias Toffoli, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e Ricardo Lewandowski, que presidiu o Supremo no biênio 2014-2016. Também participaram o prefeito de Sorocaba, José Creso, e os desembargadores Wilson Fernandes, Paulo Dimas de Bellis Mascaretti e Cecília Marcondes, presidentes, respectivamente, do TRT da 2ª Região, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP e MS).

Da 15ª Região, além do presidente da Corte, fizeram parte do encontro, entre outros magistrados de 1ª e de 2ª instância, os desembargadores Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho, vice-presidente administrativo do TRT, Susana Graciela Santiso, vice-corregedora regional, Lorival Ferreira dos Santos, que presidiu o Tribunal no biênio 2014-2016, e Henrique Damiano, vice-presidente administrativo no mesmo

período, além do então presidente da Amatra XV, juiz Luís Rodrigo Fernandes Braga.

União de forças

Em seu pronunciamento, Fernando Borges destacou a união dos vários ramos do Judiciário na busca da solução para os problemas enfrentados atualmente pelos tribunais. “Nós temos nos esforçado no limite para prestar à sociedade o melhor serviço possível, e temos conseguido”, sublinhou.

O magistrado mencionou também os avanços obtidos na Justiça do Trabalho da 15ª Região com a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), que, até o fechamento desta edição do *Informativo*, já respondia por mais de 1 milhão de ações na 15ª.

O presidente do TRT-15 abordou ainda o *deficit* no número de servidores no Regional. “Na correição realizada em setembro de 2016 no Tribunal, o ministro Renato de Lacerda Paiva, corregedor-geral da Justiça do Trabalho, enfatizou que a 15ª Região conta atualmente com cerca de 3.900 servidores em suas duas instâncias, quando necessitaria de pelo menos 6.400 para atender a demanda.”

O desembargador falou, por fim, dos investimentos do Tribunal na conciliação dos processos, ►

Fernando Borges advertiu que, apesar de sua produtividade elevada, a 15ª Região sofre com um déficit de aproximadamente 2.500 servidores, segundo cálculo do corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Renato de Lacerda Paiva



destacando a atuação dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejuscs), tanto no 1º quanto no 2º grau de jurisdição. “Os resultados são alvissareiros.”

Justiça do futuro

Com o tema “O futuro do Poder Judiciário”, a conferência inaugural do congresso ficou a cargo do ministro Dias Toffoli, que foi apresentado pelo vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), juiz Guilherme Guimarães Feliciano, titular da 1ª Vara do Trabalho (VI) de Taubaté. Citando o relatório Justiça em Números, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o ministro sublinhou que, só no ano de 2015, passaram pela Justiça brasileira cerca de 102 milhões de processos, número que, na visão do magistrado, não se justifica. “Atualmente a Constituição Federal virou argumento para arbitrar até conflito entre marido e mulher.”

Para o ministro, os magistrados brasileiros devem refletir sobre questões como o chamado “protagonismo” do Poder Judiciário. “Que direito nós, magistrados, que não fomos eleitos pelo povo, temos de alterar ou mesmo revogar decisões tomadas por chefes de Estado e por parlamentares?”

Alternativas de solução de conflitos

O encontro foi concluído com uma conferência do ministro Ricardo Lewandowski, que também chamou a atenção para a sobrecarga de trabalho do Judiciário do País. “São mais de 100 milhões de processos em andamento, para apenas 16 mil juízes, somados todos os ramos do direito”, advertiu o magistrado, para quem esse contexto gera uma crise que se acentua ainda mais com a falta de estrutura e os recursos orçamentários insuficientes dos tribunais. Como forma de atenuar o problema, Lewandowski preconizou o emprego de medidas alternativas de solução dos conflitos, como a mediação e a conciliação.

O congresso contou ainda com o painel “Diálogo com o CNJ”, do qual participaram os juízes Carlos Eduardo Oliveira Dias, da 15ª Região, Bruno Ronchetti de Castro, da Justiça Estadual de São Paulo, e Fernando César Baptista de Mattos, da Justiça Federal da 2ª Região (RJ e ES). Os três são membros do Conselho. A coordenação do debate coube ao presidente da Anamatra, juiz Germano Siqueira. (Com informações do jornal *Cruzeiro do Sul*) ●



O ministro Dias Toffoli (dir.), vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, em painel coordenado pelo juiz Guilherme Guimarães Feliciano. Para Toffoli, não há justificativa para o número de processos que tramitam no Judiciário brasileiro, superior a 100 milhões



Desembargadores firmam a adesão da 15ª ao Programa Federal de Fortalecimento das Ouvidorias – interlocução com o jurisdicionado se consolida como uma das prioridades do TRT-15

Atendimentos da Ouvidoria da 15ª aumentam quase 20% em dois anos

A Ouvidoria da Justiça do Trabalho da 15ª Região registrou no ano passado 10.608 manifestações dos jurisdicionados, entre pedidos de informação, sugestões, críticas, denúncias, reclamações e elogios aos serviços judiciários e administrativos prestados pelo Regional. O número é 19,25% superior aos 8.895 atendimentos realizados em 2014, ano em que, desmembrada da Vice-Corregedoria Regional, a Ouvidoria se tornou um órgão independente no TRT-15.

Essas e outras informações estão agora disponíveis no portal da Corte na internet, em <http://portal.trt15.jus.br/ouvidoria>. A medida, determinada pela ouvidora da 15ª, desembargadora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, atende uma exigência do Tribunal de Contas da União.

As estatísticas revelam, por exemplo, que os canais de comunicação com a Ouvidoria da 15ª mais

utilizados pelo público em 2016 foram o formulário eletrônico (5.698), o telefone (4.330) e o e-mail (450).

Espaço democrático de diálogo

Para a ouvidora da 15ª, a função primordial das ouvidorias públicas é promover um espaço democrático de diálogo com o cidadão, visando à constante melhoria da qualidade dos serviços prestados. “Trata-se de um instrumento que contempla de forma efetiva o direito à informação, de modo muito simples e direto. O norte de sua atuação é, portanto, a absoluta transparência”, enfatizou Ana Amarylis.

Segundo a magistrada, o crescimento significativo do número de atendimentos nos últimos dois anos é prova do acerto na forma de trabalhar da Ouvidoria. “Autonomia, serenidade, equilíbrio e sensatez são algumas das características da nossa atuação.”

Tribunal adere ao Programa Federal de Fortalecimento das Ouvidorias

O presidente do TRT-15, desembargador Fernando da Silva Borges, assinou em 28 de março o termo de adesão ao Programa Federal de Fortalecimento das Ouvidorias, implementado e coordenado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU). Com a medida, o Tribunal assume o compromisso de, entre outras iniciativas, fomentar a criação de uma rede de ouvidorias com órgãos e entidades sediados na jurisdição do Regional.

Também assinaram o documento os desembargadores Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, ouvidora da 15ª Região, Edison dos Santos Pelegrini, vice-ouvidor, e José Otávio de Souza Ferreira, primeiro ouvidor do Regional (2014-2016). A solenidade contou ainda com a presença dos desembargadores Edmundo Fraga Lopes,

vice-presidente judicial da Corte, e João Batista Martins César, presidente do Comitê Regional de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da 15ª.

Fernando Borges ressaltou o aumento da transparência nos serviços públicos como razão para o Tribunal aderir ao programa, “que visa fortalecer ainda mais as ouvidorias”. Já sua colega Ana Amarylis enfatizou que a atuação no órgão “é um trabalho voluntário e de dedicação, por comprometimento com a instituição”. Pelegrini, por sua vez, lembrou “as inúmeras mensagens eletrônicas de agradecimento recebidas dos jurisdicionados pela atuação da Ouvidoria da 15ª”. Concluindo os pronunciamentos, José Otávio afirmou que a adesão ao programa “é um passo fundamental para a construção da democracia participativa”. ●

Campanha nacional reforça a importância da Justiça do Trabalho

O Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprec) lançou em 31 de março uma campanha nacional em defesa da Justiça Trabalhista. Criadas pelas assessorias de comunicação dos 24 TRTs do País, as peças de divulgação da iniciativa se baseiam no lema “Justiça, nosso trabalho” e enfatizam a importância da atuação da JT na pacificação de conflitos entre trabalhadores e empregadores.

A primeira etapa, nas redes sociais, concentra-se em mostrar o papel da Justiça Trabalhista na manutenção do equilíbrio na relação entre capital e trabalho, inclusive no que diz respeito à preservação da atividade econômica. Além disso, a campanha reage à constante ameaça de fragilização da Justiça do Trabalho e dos direitos sociais.

Na 15ª Região, além da publicação no portal do TRT na internet, a iniciativa está sendo divulgada por meio de cartazes fixados nas 165 unidades de 1ª instância – 153 varas do trabalho, 10 postos avançados e duas varas itinerantes. ●



Desembargador Lorival recebe o Prêmio Benedicto Galvão, concedido pela OAB-SP

A Seção São Paulo da OAB realizou em 13 de dezembro, em sua sede, na capital, a solenidade de entrega da quinta edição do Prêmio Benedicto Galvão, concedido a personalidades do mundo jurídico, da política, dos esportes e da sociedade civil. A iniciativa homenageia pessoas “que contribuem na luta por uma sociedade mais justa e fraterna, livre de discriminações de qualquer natureza e com maior oferta de oportunidades para todos”.

Desta vez, um dos homenageados foi o desembargador Lorival Ferreira dos Santos, presidente do

TRT-15 no biênio 2014-2016. Também receberam o prêmio personalidades como a *miss* São Paulo 2016, Sabrina Paiva, e o ginasta Ângelo Assumpção, que, entre outros títulos, conquistou a medalha de ouro na Copa do Mundo de Ginástica Artística em 2015.

Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo ainda no ano de 1907, menos de 20 anos depois do fim da escravidão no País, Benedicto Galvão foi o primeiro presidente negro da OAB-SP. Ele dirigiu a entidade entre 1940 e 1941. ●



O magistrado (2º à dir.) presidiu o TRT-15 no biênio 2014-2016, período em que a Corte protagonizou uma série de iniciativas de caráter social



Formatura dos magistrados que ingressaram na carreira em outubro de 2016

Escola Judicial conclui mais dois cursos de formação, e 18 juízes iniciam a atuação jurisdicional

Com o tema “Psicodinâmica do trabalho”, apresentado pelo juiz da 9ª Região (PR) Leonardo Vieira Wandelli, membro do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra), a Escola Judicial do TRT-15 (Ejud) concluiu, em 20 de janeiro, o XXVIII Curso de Formação Inicial para Juízes do Trabalho Substitutos da 15ª Região. A turma foi formada por 13 magistrados que tomaram posse no último dia 4 de outubro. Em 7 de março, foi a vez de outros cinco juízes concluírem a 29ª edição do curso. Eles ingressaram na carreira em 17 de novembro passado.

Na despedida do primeiro grupo, no Auditório 1 da Ejud, os desembargadores Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho, vice-presidente administrativo do Tribunal – que representou o presidente, desembargador Fernando da Silva Borges –, Samuel Hugo Lima, corregedor regional, Susana Graciela Santiso, vice-corregedora, e Edison dos Santos Pelegrini, vice-ouvidor, saudaram os novos colegas. Também participaram da cerimônia a desembargadora Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa e o juiz Firmino Alves Lima, que representam os desembargadores do TRT e os juízes titulares de vara do trabalho, respectivamente, no Conselho Consultivo da

Escola, e os juízes Luís Rodrigo Fernandes Braga, então presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Amatra XV), Mauro César Luna Rossi e Renato Henry Sant’Anna, auxiliares da Vice-Presidência Administrativa e da Vice-Presidência Judicial, respectivamente.

O encerramento do XXIX Curso contou com a presença do próprio presidente do TRT, além de seus colegas Edmundo Fraga Lopes, vice-presidente judicial, Manoel Carlos Toledo Filho, diretor da Ejud, e Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, ouvidora da 15ª Região. Estiveram presentes ainda os juízes Renato Sant’Anna e Luís Rodrigo Braga, bem como a juíza auxiliar da Corregedoria Regional Maria da Graça Bonança Barbosa. “No dia seguinte à minha posse na Magistratura, tive de encarar sozinho a condução das audiências. Não havia curso ou maiores orientações. Tenho certeza de que, além de terem consolidado o seu conhecimento jurídico teórico, vocês saem hoje daqui mais preparados, mais seguros para o exercício da profissão”, disse ao grupo o desembargador Fernando Borges. O presidente da Corte ressaltou também a crescente cobrança da sociedade quanto à atuação do Judiciário e a respon- ▶



A desembargadora Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa (ao microfone), representante dos desembargadores no Conselho Consultivo da Escola, preconizou aos novos colegas o investimento permanente em formação. No detalhe, o jornalista Leonardo Sakamoto, que no curso palestrou sobre “Trabalho escravo contemporâneo”

sabilidade dos magistrados em representar o Estado na jurisdição. “Vocês agora vão tomar as rédeas de um dia a dia de muito trabalho, de um cargo que exige vocação. Parafraseando um colega, entendo que a Magistratura não é uma profissão que se escolhe, mas uma missão que se aceita.”

Além da lei

De currículo eclético e duração de 90 dias, o Curso de Formação Inicial inclui disciplinas como psicologia judiciária aplicada, perspectiva histórico-crítica da Justiça do Trabalho, mecanismos sociojurídicos de proteção da dignidade da pessoa humana, qualidade de vida no meio ambiente do trabalho, elementos do trabalho e da produção na sociedade contemporânea, técnica da decisão judicial, tecnologias aplicadas na Magistratura Trabalhista, gestão processual, efetividade da execução trabalhista, administração judiciária de vara do trabalho e técnica de instrução no processo trabalhista, além de oficinas de despachos e decisões interlocutórias. Os magistrados também fazem um estágio supervisionado no Fórum Trabalhista de Campinas, participando de audiências – e inclusive presidindo algumas delas – sob a orientação dos colegas que já atuam nas VTs locais. A programação se completa com o módulo nacional do curso, ministrado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), em Brasília.

Debate inédito

Pela primeira vez, o curso contou com a atuação do Comitê Regional de Erradicação do Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Discriminação da 15ª, em painel realizado no dia 9 de janeiro, com o tema “Trabalho escravo contemporâneo”. A iniciativa incluiu uma palestra do jornalista Leonardo Sakamoto, conselheiro do Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Luta contra as Formas Contemporâneas da Escravidão, membro da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e diretor da organização não governamental Repórter Brasil.

Segundo Sakamoto, as vítimas da escravidão no País atualmente, os “escravos contemporâneos”, são, em sua maioria, homens que até possuem alguma instrução formal e chegam a ganhar até dois salários mínimos por mês, ao menos oficialmente. “Ao contrário do que se pensa, essas pessoas nem sempre ocupam a base da pirâmide social, mas acabam amargando, na maioria das vezes, uma servidão por dívidas impagáveis e, conseqüentemente, a impossibilidade de se desligarem do emprego ao qual estão vinculados.” Para o jornalista, quando se fala em trabalho escravo, “o mais importante não é buscar um único malfeitor, mas, sim, reconhecer um sistema global que se beneficia desse trabalho”. Ele afirmou ainda que a Justiça Trabalhista, “com suas decisões estruturadas, pode ajudar a coibir essa prática de exploração econômica”. ▶

O segundo grupo de juizes, que tomou posse no último mês de novembro, concluiu o curso em março.

“Tenho certeza de que, além de terem consolidado o seu conhecimento jurídico teórico, vocês saem hoje daqui mais preparados, mais seguros para o exercício da profissão”, afirmou o presidente do TRT, desembargador Fernando da Silva Borges (centro)



Com participação dos desembargadores do Comitê – Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, que preside o grupo, Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho, vice-presidente administrativo do Tribunal, e Susana Graciela Santiso, vice-corregedora regional –, as atividades do painel contaram ainda com uma análise de casos concretos julgados pela Justiça do Trabalho, feita pelos juizes Marcus Menezes Barberino

Mendes e Renato César Trevisani, também membros do Comitê. Os palestrantes reforçaram a importância da identificação de situações de trabalho escravo ou de tráfico de pessoas e enfatizaram a necessidade de reunir e detalhar o maior número possível de provas na instrução do processo trabalhista, para subsidiar também investigações e punições por outras esferas do Judiciário, em especial a criminal. ●

Programa de Formação Inicial de Servidores atende mais de cem profissionais em 2017

A Escola Judicial do TRT-15 concluiu no primeiro trimestre deste ano, em 10 de fevereiro e 10 de março, respectivamente, mais duas edições do Programa de Formação Inicial de Servidores, para profissionais que ingressaram nos últimos meses no quadro da Justiça do Trabalho da 15ª Região. Depois de passarem pela etapa *on-line* do curso, com 10 horas-aula de educação a distân-

cia, as duas turmas, de aproximadamente 55 alunos cada uma, fizeram o módulo presencial do programa. Tanto um quanto o outro grupo eram formados por servidores oriundos das oito circunscrições em que se divide a 15ª Região, sediadas nas cidades de Araçatuba, Bauru, Campinas, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba. ▶



Foram duas turmas de mais de 50 alunos cada uma, com servidores de todas as oito circunscrições da 15ª Região

Os desembargadores Manoel Carlos Toledo Filho, diretor da Escola Judicial, e Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho, vice-presidente administrativo do TRT, falaram aos alunos na abertura das atividades



A iniciativa abrangeu atividades pedagógicas de formação e capacitação dos alunos, com temas como relações interpessoais no trabalho, Justiça do Trabalho no mundo contemporâneo, estrutura e organização do TRT-15, fluxo processual, organização do trabalho nas secretarias, saúde e prevenção de doenças, segurança do trabalho, previdência complementar e ética no serviço público. Foram quatro dias de curso, somando 27 horas-aula.

Para os servidores que atuam na área judicial – na 1ª instância, em secretaria de vara do trabalho (VT) ou de posto avançado, ou no 2º grau de jurisdição, em gabinete de desembargador, além de oficiais de

justiça –, o curso incluiu uma tutoria especial, com estudos de casos e oficinas, em mais um dia de atividades. Organização do trabalho nas secretarias, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e condutas positivas e negativas na diligência foram algumas das disciplinas dessa etapa.

Formado por magistrados e servidores, o corpo docente do programa incluiu os juízes Carlos Eduardo Oliveira Dias, titular da 1ª VT de Campinas e membro do Conselho Nacional de Justiça, e Jorge Luiz Souto Maior, titular da 3ª VT de Jundiaí, e o diretor-geral do TRT, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser. ●



O curso incluiu temas relacionados diretamente ao dia a dia dos servidores no trabalho, como fluxo processual e Processo Judicial Eletrônico (PJe), entre outras disciplinas

INSCRIÇÕES: www.trt15.jus.br/congresso



17^o Congresso Nacional
de Direito do Trabalho
e Processual do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho
da 15^a Região



8 e 9 de junho de 2017
Theatro Municipal de Paulínia